

Termo de Referência 24/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
24/2024	200352-SUPERINTENDENCIA REGIONAL NO ESTADO DO ES	HELISON LUCAS DEOCLECIO	09/12/2024 10:37 (v 13.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		08285.007094/2024-96

1. DO OBJETO

1.1. Trata-se de aquisição de 48 (quarenta e oito) unidades de baterias seladas de 12Vdc de 17/18Ah, 20 (vinte) unidades de baterias seladas de 12Vdc/7ah e 12 caixas de cabo UTP cat6, visando atender a demanda da Superintendência Regional de Polícia Federal no Espírito Santo conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento..

Resumo da Pesquisa de Preços: MÉDIA DOS VALORES (obtidos pelo método do desvio padrão)						
Item	Descrição/Especificação	CATMAT	Unidade de medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	Bateria selada de 12v por 17 /18Ah	460278	Unidade	48	R\$ 190,00	R\$ 9.120,00
2	Bateria selada de 12v por 7Ah	465506	Unidade	20	R\$ 65,900	R\$ 1.318,00
3	Caixa de cabo UTP CAT6	467549	Caixa 305m	12	R\$ 758,06	R\$ 9.096,72
					Valor total	R\$ 19.534,72

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3. Só será admitida a oferta de pilhas e baterias cuja composição respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio admitidos na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, para cada tipo de produto, conforme laudo físico-químico de composição elaborado por laboratório acreditado pelo INMETRO, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012.

1.4. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes no CATMAT e do presente Termo de Referência, prevalecem estas últimas.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias, contados do recebimento da nota de empenho/ordem de fornecimento, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. As baterias seladas em questão são componentes críticos para o funcionamento contínuo dos nobreaks, que asseguram a alimentação ininterrupta dos sistemas essenciais da Polícia Federal. O desgaste natural das baterias após dois anos de uso pode levar a:

2.1.1. Redução da Capacidade de Armazenamento: A eficiência de armazenamento de energia das baterias diminui com o tempo, resultando em capacidade insuficiente para suportar quedas de energia ou picos de demanda.

2.1.2. Aumento do Risco de Falhas: Baterias com mais de dois anos estão mais propensas a falhas, o que pode comprometer a operação de equipamentos sensíveis e a segurança das informações.

2.1.3. Impacto na Manutenção: O aumento da manutenção necessária para baterias envelhecidas pode resultar em custos operacionais mais altos e interrupções no serviço.

2.2. Entre os nobreaks utilizados por esta regional, há dois de grande porte que utilizam bateria de 12v por 17/18ah, assim como, outros de médio porte que utilizam baterias de 12v por 7ah. Sendo que, há entre eles alguns que possuem a vida útil ultrapassada.

2.3. Considerando os aspectos técnicos e operacionais apresentados, a compra das baterias seladas de 12Vdc se justifica plenamente. A troca é essencial para garantir a eficiência e a segurança das operações da Polícia Federal, mantendo a continuidade dos serviços em conformidade com as exigências de um ambiente crítico.

2.4. Ainda sobre a eficiência e continuidade dos serviços da Polícia Federal, a justificativa para a compra de cabo UTP Cat6 para reposição pode ser baseada em vários fatores técnicos e operacionais, como os seguintes:

- **Necessidade de Manutenção de Rede:** O cabo UTP Cat6 é utilizado em redes de dados e, ao longo do tempo, pode sofrer desgaste devido ao uso contínuo, movimentação ou danificações físicas. A reposição é essencial para garantir que a rede continue funcionando sem interrupções ou perdas de performance.
- **Alta Demanda de Largura de Banda:** O cabo Cat6 é projetado para suportar velocidades de até 10 Gbps e distâncias de até 55 metros para essa velocidade. Isso é importante para manter a eficiência das conexões de rede em ambientes com alta demanda de dados, como em servidores, estações de trabalho ou câmeras de segurança que requerem alto desempenho.
- **Evitar Interrupções no Serviço:** Cabos danificados ou antigos podem resultar em perda de sinal, interferências e lentidão na transmissão de dados. Isso pode afetar diretamente a produtividade da equipe e comprometer operações críticas. A reposição imediata minimiza o risco de falhas na infraestrutura de rede.
- **Compatibilidade e Conformidade com a Infraestrutura Atual:** Se a infraestrutura de rede existente já utiliza cabos Cat6, é essencial manter a uniformidade para garantir que todos os componentes funcionem de forma otimizada. Substituir cabos danificados por Cat6 ajuda a manter a compatibilidade e o desempenho desejado.
- **Redução de Custos com Longo Prazo:** Investir na reposição de cabos UTP Cat6 pode reduzir custos operacionais a longo prazo, uma vez que o cabo Cat6 tem maior durabilidade e resistência a interferências do que versões anteriores, como o Cat5e. Isso pode resultar em menor necessidade de manutenções futuras.
- **Atendimento a Padrões de Qualidade e Segurança:** Em ambientes corporativos e industriais, é fundamental que a infraestrutura de rede esteja de acordo com os padrões de qualidade e segurança estabelecidos. O cabo UTP Cat6, por ser uma tecnologia mais avançada, contribui para a estabilidade da rede, atendendo a requisitos técnicos de segurança, como maior imunidade a ruídos e menor risco de interferência.

2.5. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme consta das informações básicas desse termo de referência.

2.6. Com relação a memória de cálculo:

2.6.1. Das baterias de 12v por 17/18ah:

- Entre os nobreaks utilizados por esta regional, há dois de grande porte que utilizam bateria de 12v por 17/18ah. Devido ao tempo de vida útil, qual seja, de dois anos, ambos, por possuírem baterias de 2021, necessitam da substituição para pleno funcionamento.
- Além disso, o modelo dos nobreaks de grande porte que possuímos, comporta, cada 24 baterias.

2.6.2. Das baterias de 12v por 7ah:

- Com relação aos nobreaks de pequeno e médio porte, esta regional possui 5 nobreaks que utilizam a bateria de 12v por 7ah. Devido ao tempo de vida útil, qual seja, de dois anos, todos eles, por possuírem baterias de 2019 a 2021, necessitam da substituição para pleno funcionamento.
- Sendo que cada modelo comporta cerca de 4 baterias.

2.6.3. Dos cabos UTP CAT6:

- Esta regional e as unidades descentralizadas possuem um grande acervo de cabos UTP em utilização que devido a desgaste deixam de funcionar. Entre a delegacia de Cachoeiro de Itapemirim que necessita de pelo menos 8 caixas de cabos para manutenção do cabeamento já defeituoso, e a salas técnicas do segundo andar desta regional precisam de pelo menos 2 caixas.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. Aquisição de 48 (quarenta e oito) unidades de baterias seladas de 12Vdc de 17/18Ah, 20 (vinte) unidades de baterias seladas de 12Vdc/7ah e 12 caixas de cabo UTP cat6 para manutenção de dois nobreaks de grande porte, dois nobreaks de médio porte, bem como, o cabeamento utilizado nesta Regional.

3.2. Os itens devem possuir as características descritas nos itens abaixo:

3.3. Com relação ao item 1:

- Tensão Nominal: 12V DC;
- Capacidade de Carga: 17Ah ou 18Ah;
- Construção Selada e Livre de Manutenção;
- Ciclo de Vida (Vida Útil): pelo menos de 3 anos;
- Corrente de Descarga Máxima: 250A a 350A;

3.4. Com relação ao item 2:

- Tensão Nominal: 12V DC;
- Capacidade de Carga: 7Ah;
- Construção Selada e Livre de Manutenção;
- Ciclo de Vida (Vida Útil): pelo menos de 3 anos;
- Corrente de Descarga Máxima: 250A a 350A;

3.5. Com relação ao item 3:

- Número de Condutores: O cabo UTP Cat 6 possui 4 pares trançados de fios (total de 8 fios). Cada par é composto por dois fios de cobre isolados, torcidos juntos para reduzir a interferência eletromagnética (EMI).
- Condutores: Fios de cobre são de cobre sólido, com diâmetro AWG de 23 a 24 (American Wire Gauge).
- Isolamento: Cada fio individual é revestido com um material isolante de PVC;
- Largura de Banda: Projetado para suportar frequências de até 250 MHz;
- Velocidade de Transmissão: Capaz de suportar taxas de transferência de até 10 Gbps (Gigabits por segundo) para distâncias de até 55 metros/
- A impedância de 100 ohms,
- Normas e Certificações: ISO/IEC 11801, ANSI/TIA-568-C.2, RoHS e UL Listed;

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. A presente aquisição apresenta possibilidade de ocorrência de impactos ambientais. De acordo com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.2. Só será admitida a oferta de pilhas e baterias cuja composição respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio admitidos na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, para cada tipo de produto, conforme laudo físico-químico de composição elaborado por laboratório acreditado pelo INMETRO, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012;

4. Para os itens abaixo relacionados, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2024, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981: itens 1 e 2.

Subcontratação

4.4. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021. Por ser uma compra de materiais de consumo e comuns, conforme item 1 deste Termo de Referência, não havendo a necessidade de garantia uma vez que o objeto será cumprido no momento da entrega do material.

5. Modelo de Execução do Contrato

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados do recebimento da nota de empenho, em remessa única, no seguinte endereço Avenida Vale do Rio Doce, nº 1, São Torquato, Vila Velha/ES, CEP 29.114-105.5.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.3. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.9. Gestor do Contrato

6.10. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.11. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.12. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.13. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.14. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.15. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.16. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior

verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 30 dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

Liquidação

7.6. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.6.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.7. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.7.1. o prazo de validade;

7.7.2. a data da emissão;

7.7.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.7.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.7.5. o valor a pagar; e

7.7.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.8. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.9. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.11. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.13. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.15. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.16. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA* de correção monetária.

Forma de pagamento

7.17. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.18. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.19. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.19.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.20. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de Menor Preço Global.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será por preço global.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.4. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.5. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.6. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.7. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

8.8. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.9. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.10. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.11.Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.12. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.13. O interessado disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da aquisição é de R\$ 19.534,72, conforme custos apostos na tabela do item 1.1.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2.Dotação orçamentária conforme imagem abaixo:

☐

200352-13/2024

APROVADA

Título

Aquisição de Bat...

Categoria

Bens

UASG atual

200352

Valor

R\$ 29.379,40

Início

21/11/2024

Conclusão

26/12/2024

Materials (classes: 2)

Services (groups: 0)

Item	Classe	Val. Total (R\$)	
1	6140 - BATERIAS RECARREGÁVEIS	17.973,40	
2	7080 - PEÇAS, ACESSÓRIOS E FERRAMENTAS PARA REDES DE TIC	11.406,00	

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

HELISON LUCAS DEOCLECIO

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 09/12/2024 às 10:37:36.

CELIO FLORES SIQUEIRA JUNIOR

Agente de contratação

JUDSON CARNEIRO JUNIOR

Agente de contratação